

ARMAÇÃO DE BALEIA NA MARAMBAIA: UMA ABORDAGEM DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

RESUMO

Este texto apresenta os resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Ilha da Marambaia (Rio de Janeiro, Brasil), essenciais para que se pudesse identificar algumas das estruturas relacionadas à minha caça da baleia no século XVIII, registrada em fontes documentais e cartográficas.

Palavras chave: Arqueologia histórica; Armação de Baleia; Cultura Material.

ABSTRAT

This paper presents the results of some archaeological surveys developed in Ilha da Marambaia (Rio de Janeiro, Brazil), essential to identify some of the structures related to a whaling fleet from the eighteenth century registered in documental and cartographic sources.

Key words: Historical archeology; Armação de Baleia; Material Culture.

INTRODUÇÃO

As pesquisas iniciadas em 2000 na Ilha de Marambaia, no município do Rio de Janeiro (Kneip & Oliveira, 2005) e as intervenções arqueológicas na área de Piraquara, Angra dos Reis (Funari & Oliveira, 2005) resultaram na identificação de sítios arqueológicos,

contribuindo para uma melhor compreensão do contexto colonial no sul fluminense.

Com a consolidação da ocupação da Baía de Guanabara, sesmarias foram doadas em seu entorno, nas proximidades de Cabo Frio e na região de Guaratiba-Setpetiba (Figura 1). Neste início da colonização, o número de portugueses na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores não eram suficientes para a defesa; esta só era garantida pelos milhares de indígenas, livres e cativos, que se encontravam nas diversas propriedades e nos aldeamentos implantados próximo à cidade.

A presença constante de corsários nas bandas de Cabo Frio e na Baía de Ilha Grande, já que ambas as regiões ofereciam ancoradouros ocultos aos olhos dos portugueses, exigia estratégias de ocupação por parte destes. A importância estratégica das aldeias assentadas pelos colonizadores aparece na Consulta feita ao Conselho Ultramarino, que em resposta à carta de Duarte Correa Vasqueanes, em 24/07/1647, indica “*que a Aldeia de São Francisco Xavier a possam mudar para a Marambaia, ou Mangaratiba, que também são três léguas do sítio donde esta mais na mesma paragem, de defesa das barras de Marambaia, e Carusu, que é para o que se fundou naquela paragem por ordem dos Reis antecessores de V.Mag^{de}”* (Cortesão 1961: 482-486).

A partir do final do século XVII, a baía de Ilha Grande apresenta um aumento no número de navios piratas devido ao ouro que descia das Minas Gerais até Paraty, de onde seguia para a cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a correspondência de Luiz

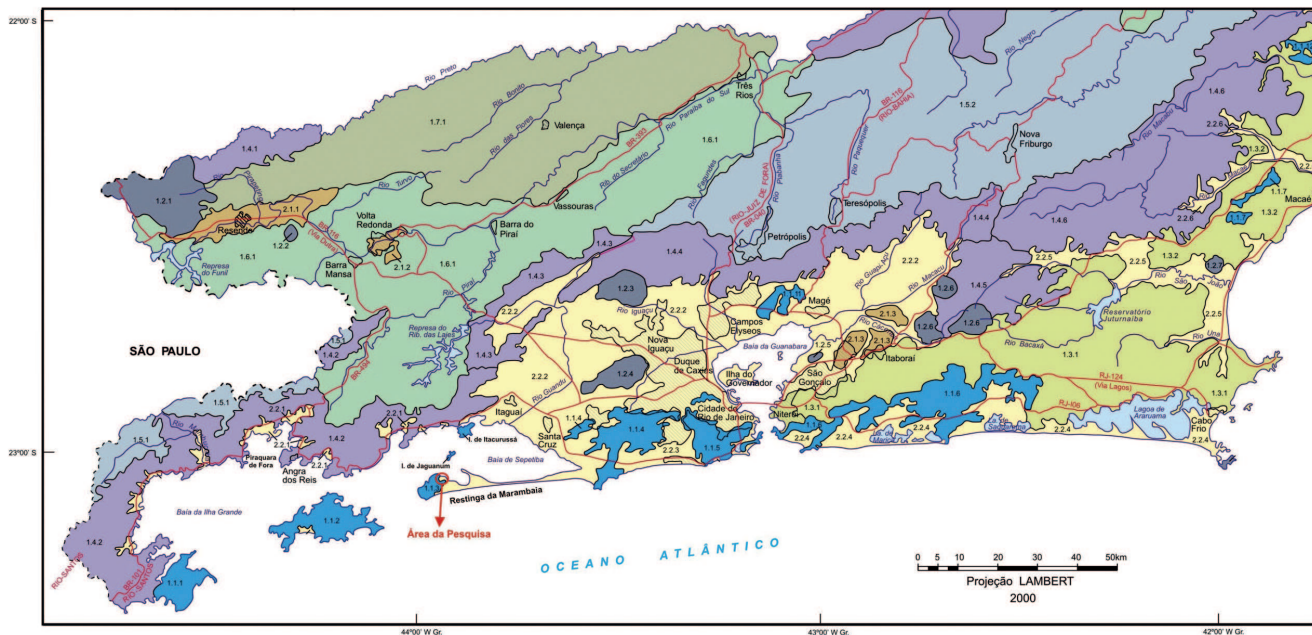


Figura 1 – Mapa de Localização da Área de Pesquisa

Vahia Monteiro (1726), no litoral sul fluminense foram instaladas várias peças de artilharia de pequeno calibre em diversas enseadas e locais propícios ao desembarque de navios estrangeiros. Em meados do século XVIII, o perigo castelhano no sul do Brasil colocou novamente em alerta a cidade do Rio de Janeiro e, as estruturas defensivas e vigias tornam-se fundamentais; ao mesmo tempo, verifica-se o aumento de doação de sesmarias de forma a impedir a permanência de franceses e outros corsários, principalmente na Ilha Grande. De acordo com documentos das Câmaras de Paraty e Angra dos Reis (Rameck & Mello 2004), no início do século XIX as fortificações e vigias instaladas no século anterior encontravam-se abandonadas, já que novas medidas haviam sido tomadas em relação à defesa da baía de Ilha Grande, reestruturando as defesas existentes, bem como a construção de novas baterias e fortes.

Entre as estratégias de ocupação colonial, em conjunto com a implantação de estruturas defensivas, encontramos a instalação de empreendimentos baleeiros. De acordo com Ellis (1968), as armações de baleia sempre se estabeleciam em entradas de baías e enseadas de fácil acesso, associadas a fortificações. Denominações na toponímia como “Fazenda da Armação”, “Praia da Armação”, “Arpoador” e “ponta de Arpuar”, indicaria ter existido empreendimento baleeiro na Baía de Ilha Grande.

As pesquisas na enseada de Piraquara, Angra dos Reis, constataram a existência de estruturas arqueológicas em pedras sob a forma de muretas, alicerces e outras; ao nível do mar e em diferentes curvas de nível no morro, em pontos com maior visibilidade. Estas corresponderiam a baterias e vigias, que embora não garantissem a destruição do inimigo estrangeiro, tinha por objetivo dificultar o desembarque e causar “embaraços” que permitissem a Vila de Angra dos Reis o tempo necessário para a organização de sua defesa (Funari & Oliveira 2005). Informações obtidas através das cartas de sesmarias, tanto na Piraquara (1797 e 1804) como em suas proximidades, mencionam termos como “ponta de arpuar” e “arpoador”, indicativos da pesca da baleia na região. Cabe ressaltar que tais termos aparecem na toponímia da Ilha Grande, de Mangaratiba e na Ilha da Marambaia.

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Nos estudos de Arqueologia Histórica é cada vez mais destacável a importância do caráter discursivo tanto dos vestígios materiais como documentais (Funari *et al.* 1999; Funari & Zarankin 2004), sendo estes objetos de

estudos inseparáveis (Olivera 2002, 2004). A relação entre contexto arqueológico e cultural material, com contextos históricos e informações documentais permite interpretações não só de uma realidade local, mas sua inserção em nível regional, nacional e internacional (Orser 2004).

Os estudos arqueológicos que estão sendo realizados no Sul fluminense têm adotado uma série de atitudes portadoras de significação teórica, em consonância com a abordagem contextual, ou seja, o estudo das fontes materiais, textuais e orais, bem como a apresentação das interpretações como leituras (Funari *et al.* 2005).

A estratégia adotada para a localização de vestígios arqueológicos consistiu na realização de levantamento sistemático de superfície e sondagens para a observação de sub-superfícies em áreas selecionadas. Os estudos vêm buscando identificar os padrões construtivos inseridos na paisagem litorânea, analisando a distribuição das atividades humanas e contextos materiais. Os critérios utilizados correspondem à visibilidade na superfície dos terrenos, localização das estruturas como conjuntos inteligíveis: a matéria-prima, a forma, a disposição no terreno e a relação de cada uma com as demais.

Assim, o estudo se baseou em uma interpretação “macro” no que diz respeito à Ilha da Marambaia no ponto de vista espacial e cronológico, já que foi realizado um amplo levantamento de sítios arqueológicos de forma a abordar a ilha como um todo. As pesquisas foram de análises documentais a cartográficas, passando por técnicas de levantamento, por caminhamento e prospecções. Cabe ressaltar que o conhecimento arqueológico sobre a região influenciou nas ações interventivas na própria ilha.

Para as interpretações arqueológicas, buscou-se observar os elementos materiais construtivos das estruturas, sua espacialidade, alterações temporais e, à nível macro, a integração com áreas fortificadas, que permitia um trabalho conjunto e manutenção de comunicação. As análises de estruturas relacionadas a atividades baleeiras devem perceber as armações não somente como espaços de produção de óleo de baleia, mas como espaço social marcado por uma sazonalidade nas atividades e integrado aos subsistemas defensivos do litoral sul fluminense.

RESULTADOS

A Praia da Armação da Marambaia

A presença de cetáceos na costa brasileira é registrada por diversos cronistas no século XVI que, entrando por baías e enseadas, permaneciam por meses. Isto despertou o interesse da Coroa Portuguesa que, no século XVII, autorizou a instalação do primeiro empreendimento baleeiro na Ilha de Itaparica, Bahia. No século seguinte a atividade baleeira se intensificou por todo o litoral, com armações no litoral fluminense, paulista, catarinense e rio-grandense (Ellis. 1968).

As armações no litoral brasileiro foram empreendimentos coloniais dedicados à pesca da baleia e ao beneficiamento das partes deste cetáceo. A denominação “armação” decorre tanto da instalação de unidades produtivas como da própria pesca da baleia com pequenas embarcações armadas para o confronto com o grande cetáceo. Algumas armações, principalmente as instaladas na segunda metade do século XVIII, apresentavam um complexo conjunto de edificações, enquanto outras devem ter tido instalações menos complexas - unidades menores que contribuía para a produção colonial local e regional. Como ressalta Duran (2008), entretanto, ainda são confusos e falhos os registros históricos para identificação das armações que existiram no Brasil colonial, bem como poucas as informações de fundação e encerramentos das atividades.

A caça da baleia se concentrava de três a quatro meses; no restante do ano os escravos e trabalhadores livres dedicavam-se à agricultura de subsistência, ao engenho e à manutenção das edificações existentes. Em geral, as construções em uma armação eram diversas, iniciando-se por um paredão de pedra seca e trapiche junto ao mar, onde se colocavam os cabrestantes e guindastes. O engenho de azeite construído de pedra e cal e coberto de telhas, sobre pilares e esteios de madeira, poderiam ter paredes internas de pedra ou barro, ou ainda não as possuir; os tanques para armazenamento do óleo, escavados no solo e revestidos de pedra e cal ou ladrilhos, podiam estar em uma edificação específica para tal fim, ou estarem localizados por baixo de uma “*casa de vivenda*” como em Bertioga, ou ainda, situar-se em outras localidades (Ellis, 1968:65). Outras edificações correspondiam a armazéns e depósitos, locais para o preparo da farinha de mandioca, engenhos

de cana-de-açúcar, casa de olaria, capela, casa-grande, residências diversas, senzalas. A cultura material empregada para as atividades da pesca da baleia envolvia facas de cortar baleia, ganchos e outras peças de ferro, grelhas e caldeiras de ferro, vasilhames de cobre, entre outros. As pessoas envolvidas nas atividades de uma armação consistiam em escravos para atividades diversas, possuindo roças de subsistência: trabalhadores livres como os administradores, mestres peritos, homens de ofício, médicos, agricultores, pescadores locais (baleiros), feitores, entre outros.

Como já mencionado, a implantação das armações de baleia aparece associada aos sistemas defensivos no litoral brasileiro. Inseridas em modelos de sistemas defensivos integrados, contribuía na manutenção de comunicação, na legitimação da ocupação do território, do comércio e defesa. Entre as informações sobre empreendimentos baleeiros no Rio de Janeiro, as informações mais frágeis se referem ao litoral sul fluminense, embora se possa observar a frequência na toponímia de termos relativos a tal prática econômica. Tendo por base a relação armação - sistema defensivo, a média de ação dos baleeiros era de 18 a 24 Km da costa (Ellis, 1968:115); a ocorrência de termos desta atividade na toponímia indica que tais atividades foram intensas no subsistema da Baía de Sepetiba e alcançavam as proximidades de Angra dos Reis.

Os elementos da toponímia da Ilha da Marambaia como ponta do arpoador, praia da armação e fazenda da armação, indicam que este empreendimento teve uma sede no local, confirmado por documento datado de 5 de julho de 1717, de Paulo Luiz da Gama sobre a pesca da baleia em sua Armação da Marambaya (Arquivo Nacional – Fundo Governadores do Rio de Janeiro. cód. 77 . V. 24).

A Ilha da Marambaia, até 1723, encontrava-se ocupada por indígenas pertencentes ao aldeamento de São Francisco Xavier. Entre 1724 e 1725, os índios foram transferidos para Itaguaí, pois o sesmeiro reclamara as terras (Silva, 1854:369-371; Leite, 1938 (VI): 117). Entretanto, como podemos observar na “*Carte de l’Isle-Grande et coste de Bresil aux environs*” de Jacques Nicolas Bellin (1764), ainda haviam habitações indígenas na Marambaia, assim como os registros de prisões na Polícia da Corte demonstram a presença indígena ainda no século XIX (Figura 2).

A existência do empreendimento baleeiro também é confirmada em mapa topográfico da Ilha Grande e Marambaia (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, códice 15.04.2701), cujos elementos descritivos indicam corresponder ao século XVIII, onde a armação está assinalada na área onde encontramos sítios arqueológicos históricos (Figura 3).

De acordo com “*Carta Topographica da Capitania do Rio de Janeiro : mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo . Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil*” de Manuel Vieira Leão (1767) e com a “*Carta Corographica da Capitania do Ryo de Janeyro, capital dos Estados do Brasil*”, por Francisco João Roscio (1777), na área da Praia da Armação, observamos a indicação de um engenho de propriedade de Francisco Jozé (Figuras 4 e 5). As informações documentais indicam que Francisco Jozé da Fonseca era um dos negociantes envolvidos no contrato e pesca da baleia no Rio de Janeiro.

Com a extinção do monopólio da pesca da baleia em 1801, ocorre a fase de administração das feitorias baleeiras pela Fazenda Real, que coincide com o documento do capitão-mór da Aldeia de São Francisco Xavier, em Itaguaí, datado de 25 de maio de 1805, onde pede desculpas por não ter ainda apresentado os nomes dos índios capazes de “exercer o serviço real” da pesca das baleias (Silva, 1854:373). Tais informações parecem indicar que os indígenas, como remeiros, qualidade acentuada nas fontes documentais, eram empregados nas atividades baleeiras. Com as reestruturações do monopólio e das armações ocorridas entre 1816 e 1825, muitas são vendidas em praça pública e terminam suas práticas locais.

Neste período Luccock (1975:179) descreve a Marambaia como habitada por pescadores, com uma igreja e poucas roças. Anos depois, a ilha e restinga são compradas por Joaquim José de Souza Breves, cafeicultor, estando indicado como proprietário no Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro desde 1846. No Registro de Terras, de nº 26, da Freguesia de Sant’Ana de Itacuruça, município de Mangaratiba (1856), o fazendeiro não indica a forma de aquisição e apenas menciona a existência de terrenos cultivados.

De acordo com o inventário de Joaquim Breves (1890), na Marambaia teriam existido diversas edificações na Fazenda da Armação, correspondendo a



Figura 2 – BELLIN, Jacques Nicolas. *Le Petit Atlas Maritime : recueil de cartes et plans des quatre parties du monde* / J. N. Bellin. – [Paris : S. Bellin, 1764]. – Vol. II, [mapa] nº 56.



Figura 3 – Detalhe – Mapa Topográfico da Ilha da Marambaia – Arquivo Histórico do Exército – código 15.04.2701

uma casa de vivenda (sede); paiol; edificação para o gado e outros animais; chiqueiro para os porcos; engenho de socar café; rancho para canoas. Além destas, menciona edificação na Serra d' Água e uma capela dedicada a N. S. da Conceição, construída em 1751, na Fazenda Engenho d' Água. Interessante observar que se utilizou a denominação Fazenda da Armação, com a ausência no referido inventário de avaliação de plantações de café, sendo citado apenas a presença de centenas de coqueiros. Cabe ressaltar que na avaliação do espólio são indicados problemas de conservação das edificações.

As dívidas da família levaram a viúva de Joaquim Breves a vender as terras da Marambaia para a Companhia Promotora de Indústrias e Melhoramentos (1891), adquirida pelo Banco do Brasil (1896) e transferidas para o Ministério da Marinha (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 20 de junho de 1906). A transferência da Escola de Aprendizes-Marinheiros para a Marambaia (1908) pouco durou, sendo em seguida

levada para as novas instalações construídas em Angra dos Reis (1911). Cabe ressaltar que, de acordo com as informações do Relatório do Ministério da Marinha de 1909 e as descrições realizadas por moradores antigos da ilha, o local de instalação corresponde à Praia da Armação. Com a saída da Escola de Aprendizes, as instalações foram ocupadas pela Aviação Naval.

Parte da ilha foi cedida para o empreendimento da Escola de Pesca, idealizado e liderado por Levy Miranda (1941), resultando em impactos nas estruturas arquitetônicas coloniais. Ao mesmo tempo na outra parte, utilizada pela Escola de Aprendizes e pela Aviação Naval, houve a destruição e modificação das edificações da Fazenda da Armação. Os levantamentos arqueológicos indicaram a existência de um conjunto de estruturas relacionadas à Fazenda da Armação como edificações, forno, muros, trapiche, estando, em suas proximidades, a edificação utilizada pelos Fuzileiros Navais durante os treinamentos na área (Figura 6).



Figura 4 – Detalhe – Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil – Leão, Manuel Vieira – 1767 – BN – cart512339



Figura 5 – Detalhe – Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil / Por Francisco João Roscio – 1777 – BN – ARC.012,04,006

Algumas informações importantes sobre a Marambaia são fornecidas por Chateaubriand (1927), que descreve o solar ali existente - como tendo 58 metros de fachada - o trapiche à beira-mar e o grande coqueiral. Assim, a maior das edificações identificadas corresponde

ao referido solar que se encontrava totalmente coberto por substrato vegetal.

A estratégia adotada neste sitio histórico foi estabelecer setores, utilizando como limites as cintas, sapatas e os pilares, por onde se iniciou o levantamento

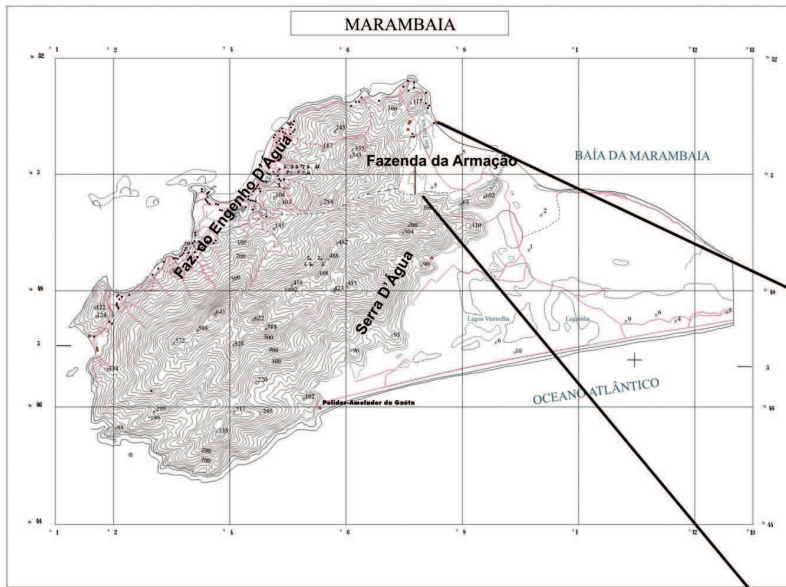
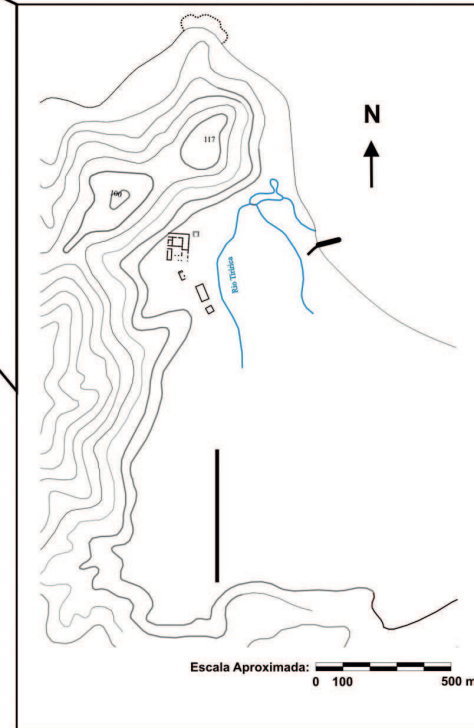


Figura 6 – Mapa de Localização da Área Arqueológica



sistemático, identificação de estruturas e cultura material, georreferenciamento e elaboração de uma planta baixa na escala de 1/ 200. Assim, o setor “A” corresponde ao lado norte do solar, os lados Oeste e Sul como setor “B”, os espaços centrais como setores “C” e “D”, e todo o lado leste como setor “E”. A maior parte dos setores demarcados encontra-se coberta por camada de sedimento argiloso, sendo mais espessa perto dos alicerces, provavelmente relacionada às antigas paredes de taipa e estuque do teto.

Esta edificação corresponde a um espaço habitacional com 1359 m², apresentando na superfície cultura material indicativa de utilização em épocas distintas. Foram identificados 47 pilares, relativamente preservados. Os pilares dos setores centrais possuem de 455 a 480 cm de altura, enquanto as alturas dos pilares laterais variam de 240 a 255 cm. Os alicerces e sapatas são de pedras encaixadas e sobre estas estão pilastras construídas em pedras entremeadas por tijolos. Os tijolos são maciços, com superfície irregular e com média de 30 cm de comprimento (Figura 7).

No setor Norte foi identificado estrutura de combustão (fogão à lenha); reservatório de água com lajotas; em frente a este, um piso de pedra moleque, pedra de moinho; como também fragmentos de bordas de cerâmica colonial, vidros variados e uma panela de ferro oxidada, indicando ter sido utilizado ainda no século XX.

Com a retirada da vegetação que cobria o setor Oeste, foi evidenciada uma grande âncora e um objeto cilíndrico de ferro, parecendo tratar-se de uma peça relacionada a embarcações. Neste setor observou-se uma maior presença de fragmentos de vidro correspondentes a diversos tipos de vasilhames, cerâmica vidrada, faiança, restos de um ferro a carvão, placas de cobre, moeda do século XVIII, ferramentas do tipo foice, enxada, faca, um grande serrote, tampa de ferro e fragmentos de placas de cobre. A âncora de ferro apresenta 216 cm de comprimento com largura dos braços de 100 cm (Figura 8). Suas características indicam o tipo Almirantado, com orifício para o encaixe do anete, orifício para o cepo, com haste e braços curvos, pata relativamente comprida e unha. Já o orifício do cepo parece indicar que o mesmo era cilíndrico, estando ausente. De acordo

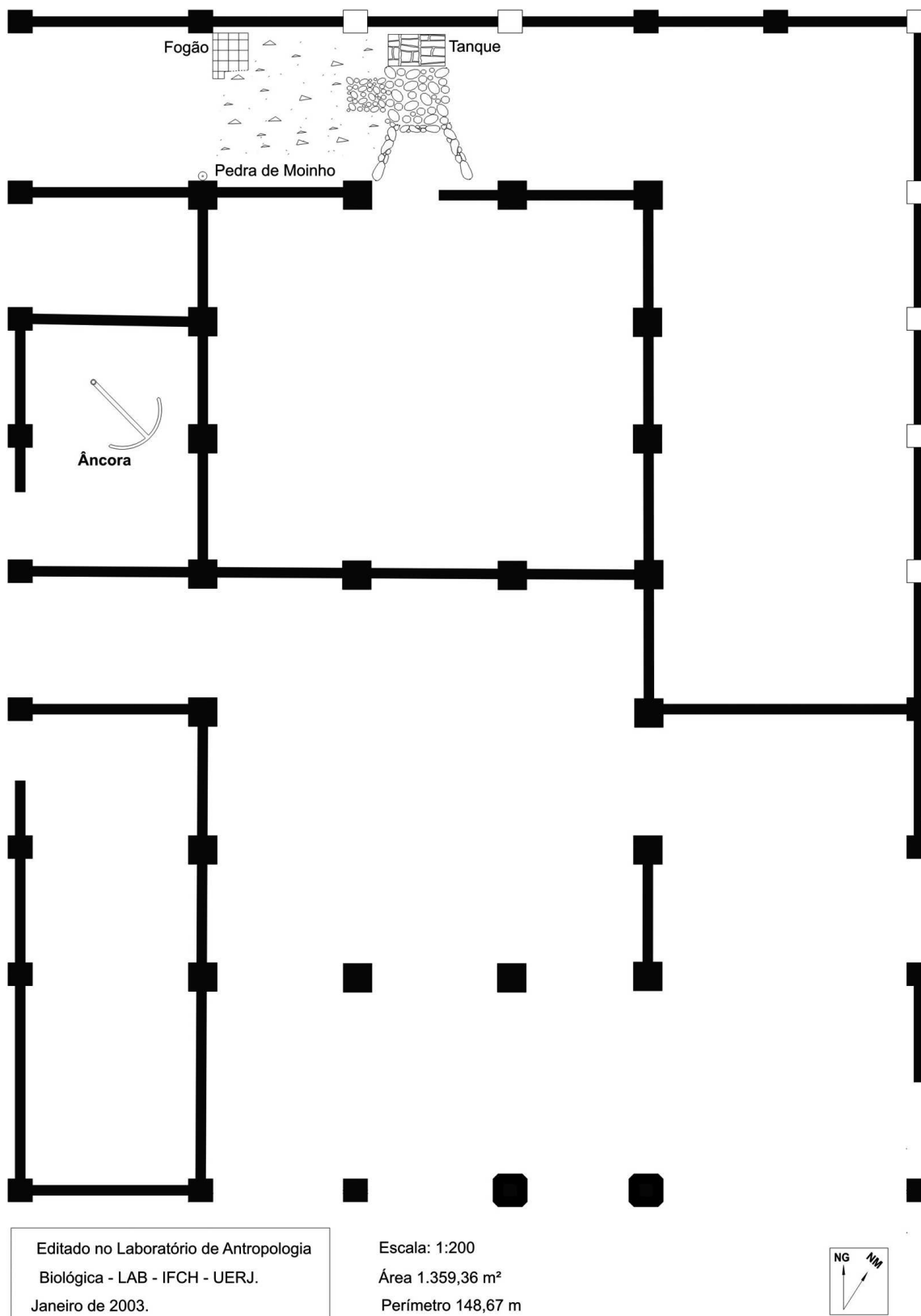


Figura 7 – Praia da Armação – Solar – Planta Baixa

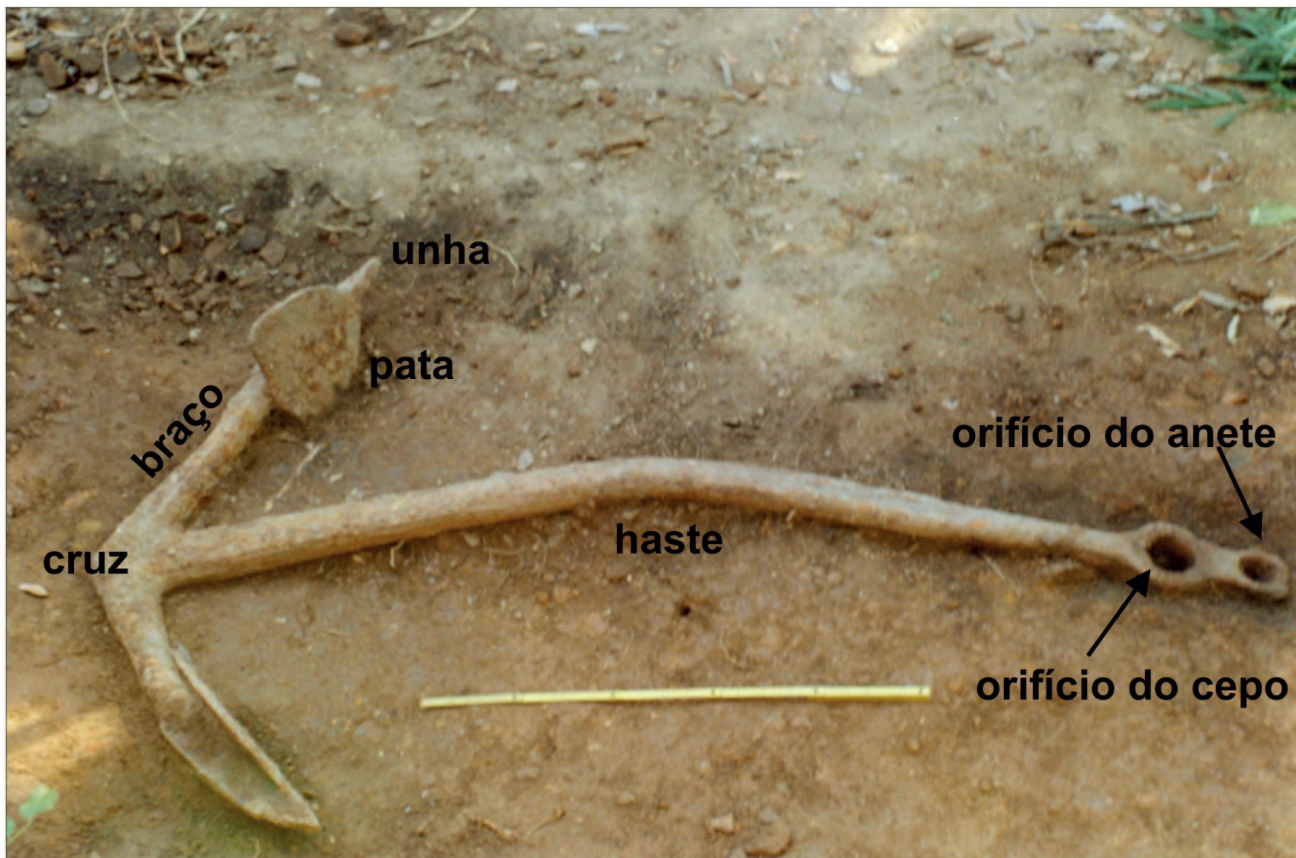


Figura 8 – Âncora do tipo Almirantado

com os estudos de Guimarães (2009), as características observadas na âncora encontrada na Fazenda da Armação indicam tratar-se do início do século XIX, forjada antes de 1820.

Próximo às sapatas e cintas de pedra ocorreram, principalmente, cravos oxidados de grandes tamanhos, possivelmente relacionados à sustentação do piso de madeira e da estrutura do telhado. Observam-se também fragmentos de telha colonial na superfície, em alguns setores misturados ao sedimento argiloso. Próximo às pilastras externas no lado Oeste, foram encontrados fragmentos de vidro, provavelmente relacionados às janelas. Nas pilastras externas pode-se observar ainda a presença de local para encaixe de madeira em sua parte superior, ou seja, de sustentação de telhado. Locais para encaixe de madeira em pilastras, tanto internas como externas e em níveis mais inferiores parecem estar correlacionados ao piso de madeira. Tais características correspondem à descrição no inventário de que esta edificação apresentava piso de madeira e forro, bem como janelas com vidros.

As estruturas do fogão e reservatório de água, local para armazenamento de ferramentas e outras atividades estavam localizadas na parte inferior da habitação. A localização das pedras de moinho, uma em seu interior e outra junto à cinta, mas no lado exterior, pode indicar que originalmente a estrutura onde estavam tais pedras localizava-se na parte superior. Deve-se registrar ainda, a existência de uma estrutura de tijolos no setor interior Sul, visível na superfície apenas parte desta, indicando que o piso original encontra-se mais profundo.

Nas proximidades desta edificação, a 60 metros no lado Leste e igualmente coberta por vegetação, foi identificada uma estrutura em pedras e tijolos similar, indicando contemporaneidade. Esta edificação apresenta paredes duplas: a interna tem 63 cm de espessura e é mais alta, enquanto a externa, mais baixa, tem 83 cm de espessura. Em seu lado sul, além da presença de uma abertura em arco com 70 cm de largura e 53 cm de altura, apresenta outra entrada com 76 cm de largura e em parte desmoronada (Figura 9). A poucos metros

desta edificação foram encontrados montículos de tijolos amontoados, assim como fragmentos do mesmo tipo de tijolo encontram-se espalhados na área interna do forno, o que indica fabricação local.

Estes tijolos são de tamanho menor ao que foi observado no solar e no próprio forno, estando presentes na edificação utilizada pela Escola de Aprendizes e pela Aviação Naval. Esta edificação, localizada a cerca de 250 metros ao Sul do solar, apresenta significativa parte desmoronada, embora se possa observar em meio à vegetação rasteira sua extensão, com a presença de piso do início do século XX. Nas paredes desta habitação identificamos quatro tipos de tijolos, indicando momentos distintos de ocupação e intervenções:

1. Base de pedras e sobre esta tijolos similares aos encontrados na construção do solar e do forno;
2. Tijolos maciços similares aos fabricados no local;
3. Tijolos maciços fabricados fora da ilha, com marca incisa "OP";
4. Tijolos vazados modernos.

Assim, consideramos que esta edificação corresponda ao mesmo local onde teria existido uma casa que serviu de hospital da fazenda da Armação, que posteriormente abrigou a Escola de Aprendiz e a

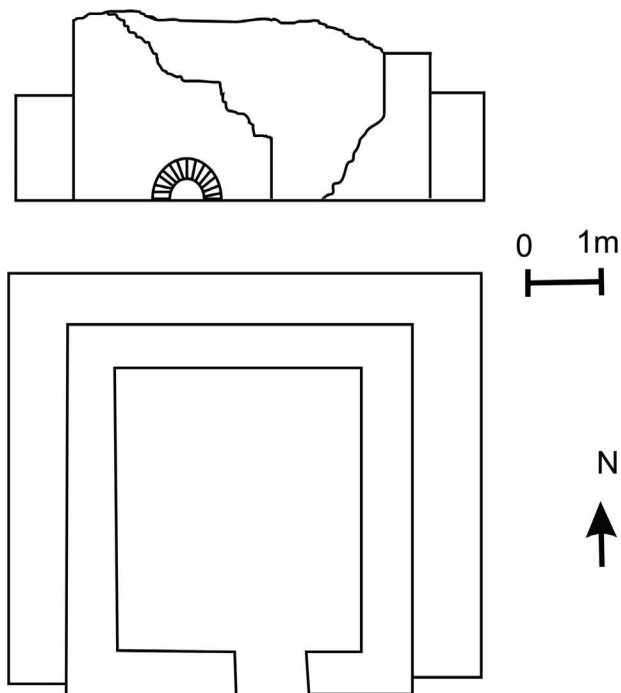


Figura 9 – Praia da Armação – Forno

base da Aviação Naval, cujo campo se localizava nas proximidades da Serra D'Água.

Distante, cerca de 50 metros para Norte desta edificação e a 200 metros do Solar, existe outra construção simples, onde ainda permanece uma caldeira com a inscrição do fabricante - *ARENS IRMÃOS. Rio de Janeiro & Campinas*. Embora haja referências de três caldeiras grandes entre os bens no inventário da Marambaia, estas não apresentam especificações. Ellis (1968:196) também indica caldeiras de ferro avaliadas no inventário da Armação da Ilha do Bom Abrigo (SP). Outro aspecto a ser ressaltado é que os irmãos Arens instalaram sua primeira serraria e ferraria no Rio de Janeiro em 1877, estabelecendo filial em Campinas e atuando como importadores de máquinas e implementos agrícolas. A partir da década de 1880 começaram a produzir suas próprias máquinas (Bianconi. 2002). Assim, a caldeira encontrada não corresponde ao mencionado no inventário, sendo, portanto, posterior ao mesmo. Cabe lembrar que informações documentais indicam que caldeiras a vapor eram utilizadas em padarias e que teria existido uma na área, portanto, parece que este seria o possível local da mesma (Figura 10).

Cabe indicar que a 50 metros em direção ao Sul da edificação que serviu de hospital existe uma ruína do que teria sido a pequena capela de N.S de Soledad da época da aviação naval.

No caminho da fazenda da Armação para a Serra D'Água foi registrado um muro de pedras secas com aproximadamente 700 metros de extensão, coberto em sua maior parte por vegetação espessa. Em alguns pontos apresenta interrupções com 370 cm, definindo passagens, bem como pontos para drenagem de água.

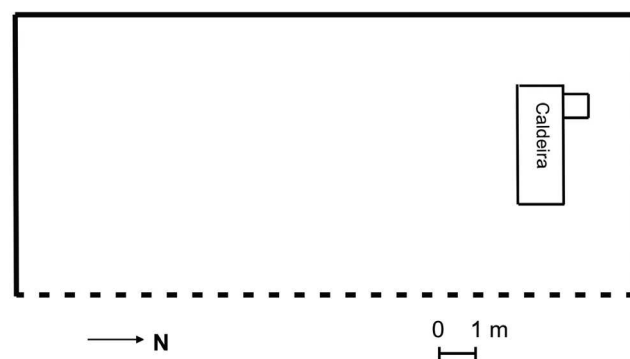


Figura 10 – Edificação da Caldeira

A partir de relatos de moradores, a área corresponderia ao local onde estariam os telheiros de abrigo para os animais. De acordo com o Relatório do Ministério da Marinha (1909:45) havia sido construído local para padaria e para o abate do gado na área da Escola de Aprendiz na Marambaia, ou seja, as estruturas existentes foram melhoradas e reocupadas.

Na área denominada Serra D'Água foi localizada, em meio à vegetação e próxima a um curso d'água, uma construção de aproximadamente 200 m². Esta apresenta apenas parte de parede de pedra no lado Norte, constituindo um estreito corredor, que por não apresentar indicação de entrada, parece corresponder a um reservatório (Figura 11). Estrutura em pedra foi também identificada no lado Oeste, estando ausente no lado Leste e na maior parte do lado Sul. Junto à parede Oeste da construção, identificou-se um reservatório com revestimento interno de lajotas e revestimento externo apenas de argamassa; não muito distante deste encontra-se uma roda de moinho.

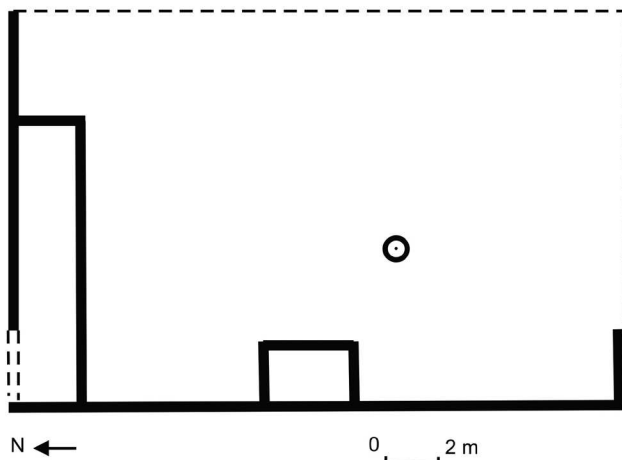


Figura 11 – Edificação na Serra D'Água

A Fazenda do Engenho D'Água

Cabe ressaltar que foi esta área hoje ocupada pelo Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM) a que mais sofreu intervenções com a implantação do conjunto arquitetônico da Escola de Pesca Darcy Vargas (1941).

Interessante observar que no inventário de 1890 citado anteriormente somente há menção à existência de uma igreja de Nossa Senhora da Conceição e coqueiros

avaliados na área da Fazenda do Engenho D'Água. Ao que parece a estrutura que daria nome à tal fazenda encontrava-se totalmente arruinada, não sendo objeto de avaliação. Entretanto, a mesma ainda apresentava parte de suas paredes, que foram reaproveitadas durante as obras implantadas em 1941. Entrevistas com moradores da ilha confirmaram que a edificação, correspondente ao engenho que teria existido no local, foi totalmente alterada com ampliação para a instalação de refeitório e dormitórios para professores e hóspedes da Escola de Pesca, onde atualmente funciona o refeitório e hotel de trânsito dos oficiais (Figura 12). A antiga igreja de 1751, com o telhado totalmente arruinado, foi demolida por Levy Miranda, construindo-se no local a de N.S. das Dores.

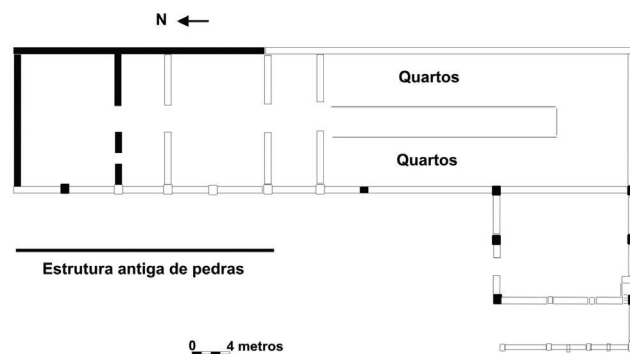


Figura 12 – Engenho D'Água – Hotel

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das edificações existentes em uma armação de baleia, principalmente de pequeno porte, não se diferencia de qualquer outra fazenda no litoral, destacando-se apenas pela presença do engenho de frigar e os tanques para armazenamento do óleo. Entretanto, os tanques para armazenamento do óleo nem sempre estão presentes, podendo o óleo ser armazenado em barris ou situado em outras localidades.

O material utilizado nas estruturas da edificação do solar e do forno demonstra maior antiguidade, confirmando edificação do século XVIII, apontada também nos documentos escritos e cartográficos. A presença de tijolos de fabricação local no forno demonstra que o mesmo foi reutilizado para fins diversos.

Outro aspecto a se ressaltar é que a presença

estratégica de um empreendimento baleeiro na Marambaia desde o início do século XVIII, em conjunto com as fortificações e rede de vigias na baía de Ilha Grande, auxiliaria na comunicação de presença estrangeira que oferecesse perigo para a cidade do Rio de Janeiro. Os portos da Marambaia são mencionados como de fácil desembarque pelas autoridades coloniais e imperiais, o que justificaria a manutenção de uma vigia na área.

Ao mesmo tempo em que esforços são mobilizados para a defesa das vilas e portos paulistas (Camargo. 2002) e do Sul fluminense nas primeiras décadas do século XIX, as armações de baleia estão sendo inventariadas, passando para a Fazenda Nacional (Ellis. 1968), o que indica que a da Marambaia estaria desativada neste período. A reativação da pesca da baleia indicada pela existência da fazenda da Armação seria estimulada não só pelo interesse do novo proprietário, mas também do governo provincial conforme a indicação no Relatório da Presidência da Província do Rio de Janeiro (1855:58). A manutenção da denominação fazenda da Armação, a presença de caldeiras de ferro no inventário de 1890, bem como informações orais na ilha de Jaguanum, parece indicar que a pesca da baleia manteve-se ainda por algum período no século XIX.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio do Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, em especial ao Almirante Marcelo Gaya Tosta e o Comando do CADIM; ao Laboratório de Antropologia Biológica da UERJ, arqueólogos e historiadores que de alguma forma ajudaram no desenvolvimento do tema. As ideias aqui expressas são de responsabilidade dos autores

FONTES DOCUMENTAIS

- Lisboa a 13 de janeiro de 1717.** Provisão passada a Paullo Luiz da Gama sobre contrato da pescaria das baleias nas Armações da cidade do Rio de Janeiro e da Marambaia. Arquivo Nacional (AN), Fundo Governadores do Rio de Janeiro, cód. 77 . V. 24.
- Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1726.** Carta do Governador Luiz Vahia Monteiro, sobre a fortificação e construção dos quartéis da Ilha Grande. Publicação

do Arquivo Nacional, volume XV, 1915.

Lisboa, 9 de julho de 1727. Provisão régia pela qual se louvou o Governador Luiz Vahia Monteiro pelas medidas que tinha tomado para defesa das Vilas de Parati e Angra dos Reis. Publicação do Arquivo Nacional, volume XV, 1915.

Carte de l'Isle-Grande et coste de Bresil aux environs. In: Le Petit Atlas Maritime : recueil de cartes et plans des quatre parties du monde / J. N. Bellin. - [Paris : S. Bellin, 1764]. - Vol. II, [mapa] nº 56. Biblioteca Nacional Digital de Portugal, CDU 918.1-13(084.3)

Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil - Leão, Manuel Vieira – 1767 – Biblioteca Nacional (BN) - cart512339

Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil / Por Francisco João Roscio – 1777 - Biblioteca Nacional (BN) - ARC.012,04,006.

Mappa Topográfico da Ilha Grande e da Ilha da Marambaia e de suas enseadas com todas as ilhas de seo recôncavo – s/data – Arquivo Histórico do Exército (AHE), códice 15.04.2701

Tombo das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro – Sesmarias no Município de Angra dos Reis – Arquivo Nacional - RJ

Relação de algumas cartas de sesmaria concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro – 1714/1808 - Arquivo Nacional - RJ

Documentos da Câmara da Villa de Paraty, com relação aos Fortes, Quartéis e Guarnições Militares, no período de 1823 a 1850, transcritos e organizados por RAMECK, M.J. ; MELLO, D. (org.) na obra *Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty, 1801-1883*, Câmara Municipal de Paraty, Instituto Histórico e Artístico de Paraty, 2004.

Almanaque LAEMMERT (dados a partir de 1844) – Arquivo Nacional (AN)

Registro de Terras. Município de Mangaratiba, Freguesia de Sant'Ana de Itacuruça, 1856. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Relatório da Presidência da Província do Rio de Janeiro, 1855, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Autos de avaliação do inventário do comendador Joaquim José de Souza Breves. fls. 56, vol.1. 24 de fevereiro de 1890. Acervo família Breves.

Diário Oficial da União de 20 de junho de 1906 - <http://www.jusbrasil.com.br>

Relatório apresentado ao Sr. Vice-Almirante Ministro da Marinha, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Manoel Inácio Belfort Vieira; Inspetor dos Navios e Estabelecimentos Navais e mais Dependências do Ministério da Marinha. Rio de Janeiro. Imprensa Naval, 1909.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.R.C. 2000. **.Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial.** Novos Súditos Cristãos do Império Português.. 2000. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 245 p.
- ANDRÉN, Anders. 1998. **Between artefacts and texts.** Historical Archaeology in global perspective. New York And London: Plenum Press, 215 p.
- BIANCONI, R. 2002. **Dinâmica Econômica e Formas de Sociabilidade: Aspectos da Diversificação das Atividades Urbanas em Campinas (1870-1905).** Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 240 p.
- CAMARGO, P.F.B. 2002. **Arqueologia das Fortificações Oitocentistas da Planície Costeira Cananéia/Iguape.** Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 240 p.
- CASAL, M. A.. 1976. **Corografia Brasília.** Belo Horizonte: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 342 p.
- CORTESÃO, J. 1961. **Paulicea Lusitana Monumenta Histórica.** Edição Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, Lisboa: Publicações do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, vol.II (1609-1658).
- DURAN, L.D. 2008. **Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo.** Tese de Doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 338 p.
- ELLIS, M. 1968. **A Baleia no Brasil Colonial.** São Paulo: Ed. Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 235 p.
- FREITAS, B. 1987. **Santa Cruz. Fazenda Jesuítica, Real, Imperial: Vice-Reis e Reinado.** Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas Ltda, Vol II, 293 p.
- FUNARI, P.P. A; JONES, S. ; HALL, M.. 1999. **Historical Archaeology: Back from the Edge,** Londres: Routledge, 350 p.
- FUNARI, P. P. ; ZARANKIN. A. (Org.). 2004. **Arqueologia Histórica en América del Sur; Los Desafios del Siglo XXI.** Bogotá: Ediciones Uniandes, 144 p.
- FUNARI, P.P.; OLIVEIRA, N.V. 2005. **Arqueologia em Angra dos Reis.** Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Textos Didáticos, 62 p.
- FUNARI, P.P.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. (Orgs.). 2005. **Global Archaeological Theory.** New York: Kluwer, 380 p.
- GUIMARÃES, R. S. 2009. **A Arqueologia em Sítios Submersos: Estudo do Sítio Depositário da Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Retiro – SP.** Dissertação de Mestrado em Curso de Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 241 p.
- HODDER, I. 1988. **Interpretación en Arqueologia. Corrientes actuales.** Barcelona: Editorial Crítica, 236 p.
- MENESES, L. F. T.; PEIXOTO, A.L.; ARAUJO, D.S.D. (2005). **História Natural da Marambaia.** Seropédica: Editora da Universidade Rural, 288 p.
- LEITE, S. 1938. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Vol VI.** Lisboa: Portugália, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 440p.
- LUCCOCK, J. 1975. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 435 p.
- OLIVEIRA, N. V. 2002 **São Barnabé: Lugar e Memória.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 265 p.
- OLIVEIRA, N.V. 2004. **Fortaleza de Piraquara, Angra dos Reis. Mneme,** 5 (13): p 124-139.
- ORSER JUNIOR, C. E.. 1999. **A teoria de rede e a Arqueologia da História Moderna.** In: FUNARI,

- PP.; NEVES, E.G.; PODGORNÝ, I. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia: Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul.** São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, (Suplemento 3), p. 87-101.
- ORSER JUNIOR, C.E. 2004. **Historical Archaeology.** 2. ed. New York: Prantice Hall, 384 p.
- PONDÉ, J. 1997. **Levy Miranda: Apóstolo da Assistência Social no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Abrigo do Cristo Redentor, 308 p.
- RAMECK, M.J. ; MELLO, D. 2004.. Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty, 1801-1883. Câmara Municipal de Paraty, Instituto Histórico e Artístico de Paraty, 147 p..
- SILVA, J.N.S.. 1854. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil.** Rio de Janeiro: IHGB, vol. 17: 109–552.